



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I - B

ATENDIMENTO DOMICILIAR DE EMERGÊNCIA, URGÊNCIA E REMOÇÕES

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de **ATENDIMENTO DOMICILIAR DE EMERGÊNCIA E/OU URGÊNCIA E REMOÇÃO**, aos usuários, regularmente inscritos no Plao Privado de Assistência à Saúde contratado pelo TRE/MS, domiciliados exclusivamente nos limites urbanos da cidade de Campo Grande/MS.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE USUÁRIOS	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO (5 anos)	INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES
2	Serviços de Atendimento Domiciliar de Emergência, Urgência e Remoções	12920	serviço	607	15,10	R\$ 549.942,00	100,00

1.2. A contratada será pessoa jurídica constituída sob a modalidade de sociedade civil ou comercial, cooperativa, ou entidade de autogestão.

1.3. Os serviços consistem no atendimento domiciliar por equipe médica composta por médico e técnico em enfermagem, disponibilizada 24 (vinte e quatro) horas por dia.

1.3.1. Caso a contratada se encontre impossibilitada em prestar os serviços emergenciais por meios próprios, poderá se utilizar de subcontratação de terceiros, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais que a contratada está vinculada.

1.3.2. A contratada responderá perante a contratante pela execução total do objeto contratado, sendo que não há qualquer relação entre a contratante e a subcontratada, de modo que, também, pelos atos ou omissões desta, a contratada é plenamente responsável.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) anos, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. Em caso de divergência entre a descrição do material indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da presente contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizado em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (Anexo V) deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual 2023, conforme Processo SEI n. 0008835-25.2022.6.12.8000, publicado na página deste TRE/MS na internet.

3 . A CARACTERIZAÇÃO DO ATENDIMENTO DOMICILIAR DE EMERGÊNCIA, URGÊNCIA E REMOÇÕES

3.1. A descrição dos serviços encontra-se nos capítulos 1 e 5 deste Termo de Referência e, de forma pomenorizada, em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo V deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Negociação do percentual de reajuste, dentro dos limites estabelecidos no contrato.

4.2. Comprovação de inscrição no Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul.

4.3. Considerando que o registro na ANS é exigido de todas as empresas que comercializam planos de saúde no Brasil, os planos de saúde, igualmente, têm que ser registrados, ainda que posteriormente tenham que sofrer aditivo para atender a necessidade específica do TRE/MS. Para tanto a empresa deverá comprovar o registro válido na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), compatível com o objeto da licitação.

4.4. Na presente contratação será admitida a participação de consórcio.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Ocorrendo a necessidade do atendimento, o usuário e/ou pessoa da família deverão contatar a empresa contratada ou subcontratada, por telefone ou outro meio, a ser informado (telefone, celular, etc.).

5.2. A equipe se deslocará até o domicílio do usuário por intermédio de unidade móvel, tipo ambulância, provida de todos os equipamentos médicos e medicamentos necessários à prestação dos primeiros socorros.

5.3. O atendimento será prestado quando ocorrer algum dos seguintes eventos, classificados como **urgência**:

- a) febre rebelde aos antitérmicos convencionais, associada à dor de cabeça intensa ou antecedente de crise convulsiva;
- b) vômitos intermitentes, refratários a medicação usual;
- c) dor de cabeça súbita e de forte intensidade, refratária aos analgésicos comuns;
- d) dores abdominais intensas, acompanhadas ou não de náuseas e vômitos, rebeldes a medicamentos de uso habitual;
- e) tonturas incontrolláveis, com perda de equilíbrio e/ou sonolência;
- f) dor lombar intensa, com náuseas, vômitos e alterações nas funções urinárias;
- g) dor no abdômen, acompanhada de náuseas e vômitos;
- h) ferimentos (cortes) profundos;
- i) fraturas sem perda de sangue;

j) perda intensa de líquidos (diarréia, vômitos, hemorragia), com queda expressiva da pressão arterial, sede acentuada, palidez, perda de força e resfriamento das extremidades, com sudorese).

5.4. O atendimento será prestado quando ocorrer algum dos seguintes eventos, classificados como **emergência**:

- a) perda de consciência;
- b) dor intensa no peito, opressiva, irradiada ou não para os membros superiores, associada ou não a suores frios, falta de ar e náuseas;
- c) perda do nível de consciência, associada ou não, a dificuldades de fala e de movimentação de um ou mais membros;
- d) hemorragia intensa (sangramento);
- e) reação alérgica intensa, associada à pigmentação avermelhada, tosse e falta de ar;
- f) estado de bronquite aguda, com falta de ar, “peito cheio”, suores e indícios de cianose (cor azulada na pele, unhas, lábios e língua);
- g) movimentos convulsivos em todo o corpo ou em parte dele, com desvio do(s) globo(s) ocular (es) e assimetria do traçado da boca;
- h) aumento da pressão arterial acompanhada por dor de cabeça, tontura, falta de ar, com ou sem perda da visão;
- i) fraturas associadas à hemorragia e perda da consciência;
- j) afogamento;
- k) choques elétricos de alta voltagem;
- l) intoxicações graves, consideradas como envenenamento;
- m) outros casos não previstos, como picada de animais peçonhentos, aspiração de corpos estranhos, etc. que configurem emergência não provocada por atos ou omissões do(s) usuário(s).

5.5. Ocorrendo a necessidade de remoção para a internação hospitalar, será o usuário transportado para o hospital de sua preferência, entre aqueles integrantes da rede de atendimento no Plano Privado de Assistência à Saúde contratado pelo TRE/MS.

5.5.1. Na hipótese de indisponibilidade de leitos, o paciente será encaminhado para qualquer outro hospital integrante da rede de atendimento, sendo a internação hospitalar sujeita às coberturas definidas neste Termo de Referência.

5.6. Não serão cobertos neste benefício a cobertura de eventos urgentes, emergenciais e de remoções decorrentes de acidente de trânsito.

• **DA ABRANGÊNCIA DO SERVIÇO**

5.7. Os serviços serão prestados aos usuários na área de abrangência da contratada, sendo que a principal sede de atendimento dos serviços serão os limites urbanos da cidade de Campo Grande/MS.

• **DOS USUÁRIOS**

5.8. São usuários do serviço de atendimento domiciliar de emergência, urgência e remoções os servidores, os servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e seus respectivos dependentes, regularmente inscritos no Plano Privado de Assistência à Saúde contratado, domiciliados exclusivamente nos limites urbanos da cidade de Campo Grande/MS.

• DAS INCLUSÕES E DAS EXCLUSÕES

5.9. O Tribunal encaminhará à contratada, a lista do grupo inicial inscritos no Plano Privado de Assistência à Saúde, domiciliados exclusivamente nos limites urbanos da cidade de Campo Grande/MS, devendo a contratada, no prazo de 10 (dez) dias úteis, encaminhar os respectivos documentos de identificação.

5.10. As inclusões serão encaminhadas pelo Tribunal à contratada até o dia 20 (vinte) de cada mês, devendo a contratada encaminhar os documentos de identificação até o primeiro dia do mês subsequente ao pedido de inclusão.

5.11. As exclusões serão encaminhadas pelo Tribunal à contratada até o dia 20 (vinte) de cada mês, devendo o tribunal devolver à contratada o documento de identificação.

• DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

5.12. O usuário será identificado mediante o documento de identificação emitido pela contratada, juntamente com os documentos de identificação regulares (Registro Geral da Secretaria de Segurança Pública, Carteira de Trabalho, Carteira de Identificação dos Conselhos, Carteira de Identificação Militar).

• DA QUANTIDADE DE USUÁRIOS A SEREM INSCRITOS

5.13. A quantidade de usuários a serem inscritos inicialmente é de 607 (seiscentos e sete).

5.13.1. O critério de aceitabilidade de preços (*item 2*), para efeito de contratação o valor fixo, mensal, por usuário é de R\$ 15,10 (quinze reais e dez centavos), calculados conforme critérios descritos no Mapa Comparativo de Preços.

5.14. O valor anual máximo estimado da contratação para a quantidade de usuários é de R\$ 109.988,40 (cento e nove mil novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos) e o **valor máximo total da contratação para 5 (cinco) anos de vigência é de R\$ 549.942,00 (quinhentos e quarenta e nove mil, novecentos e quarenta e dois reais).**

5.14.1. Nos valores estimados indicados acima já estão computados os valores para contribuição previdenciária prevista em lei para as propostas apresentadas pelas cooperativas.

5.14.2. O valor total estimado foi calculado multiplicando-se o valor estimado por usuário (R\$ 15,10), pelo número de usuários (607) e pelo número de meses da contratação (60).

• DAS CARÊNCIAS

5.15. Para a utilização dos serviços de atendimento domiciliar de emergência, urgência e remoções, deverá ser exigido o cumprimento dos seguintes prazos de carência:

a) nenhum prazo: para os usuários titulares e dependentes inscritos no ato da contratação e para aqueles inscritos no período de 30 (trinta) dias a contar dos seguintes eventos: posse (inclusive em outro cargo), casamento, nascimento, adoção, comprovação de união estável ou alteração de categoria (de dependente para titular ou vice-versa).

b) (vinte e quatro) horas: para os usuários que não aderirem automaticamente ao serviço no ato da contratação ou nos prazos previstos neste Termo.

5.16. Os prazos de carência para a utilização de serviços de atendimento domiciliar de emergência, urgência e remoções deverão constar em contrato.

5.17. Os custos decorrentes de procedimentos realizados por usuário em período de carência, e autorizados pela contratada, serão de responsabilidade da contratada.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3.1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços ficarão a cargo de comissão formada por, no mínimo, 2 (dois) membros, servidores pertencentes ao quadro deste Tribunal.

6.3.2. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), cabendo:

a) acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

c) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

d) Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou autoridade competente. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

f) Comunicar ao gestor do contrato ou autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

g) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

h) Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à administração para as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

i) manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as

medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

j) Formalizar de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.6. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

- a) Requisitar a prestação dos serviços e/ou fornecimento, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;
- b) Exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada.
- c) Conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;
- d) Outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, em até 3 (três) dias úteis, após a verificação do cumprimento das exigências de caráter técnico, mediante a entrega mensal pela Contratada de planilha, relatório ou outro documento eletrônico que discriminem os beneficiários, subdivididos em titulares e dependentes, os valores monetários correspondentes a cada um desses beneficiários, além das categorias de plano.

7.1.1. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7.1 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

7.1.1.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

7.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação dos documentos relacionados na cláusula 7.1:

- a) Nota Fiscal de Serviços Eletrônica ou Nota Fiscal Fatura ou, ainda, Recibo;
- b). relatório com quantitativos totais de beneficiários (titulares, dependentes, dependentes especiais e pensionistas) e respectivos valores correspondentes, subdividida em categorias de plano ou seguro privado de assistência à saúde, bem como, se houver, valores correspondentes ao subsídio mensal informado pelo CONTRATANTE.

7.2.1 Se, durante o recebimento provisório, constatar-se alguma irregularidade na execução do contrato, após a notificação por escrito à CONTRATADA, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que seja sanada a situação.

7.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.4. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade pelos serviços nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

- **Da emissão da Nota de Empenho**

7.6. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação dos serviços prestados, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

7.6.1. Para fins de atendimento a **IN/RBF 1.234, de 11/01/2012** (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

7.6.2. Caso a operadora apresente Nota Fiscal, com dia certo para vencimento, esta deverá entregar à fiscalização a nota fiscal, no prazo mínimo de 20 (vinte) dias antes do vencimento da respectiva nota fiscal.

7.7. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital.

7.7.1 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.8. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.8.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em rescisão contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

7.8.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.9. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

- **Prazo de Pagamento**

7.10. O pagamento será efetuado pelo sistema de PRÉ-PAGAMENTO, no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da **pessoa jurídica vencedora do certame licitatório**.

7.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.12.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

7.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.14. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

7.15. A ocorrência de atraso de pagamento por parte do Tribunal, por prazo superior a 2 (dois) meses assegurará à contratada o direito de optar pela suspensão dos serviços médicos prestados, podendo ocorrer o seu restabelecimento mediante acordo entre as partes.

7.15.1. Em caso de internação hospitalar de usuários do plano de assistência à saúde, a operadora não poderá suspender a cobertura, em qualquer hipótese, durante a ocorrência de internação.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

• Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO TOTAL do GRUPO**.

8.2. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos serviços ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

8.3. De modo a permitir a análise técnica, a licitante deverá indicar em sua **PROPOSTA DETALHADA** (vide Anexo III) **os valores mensais e anuais do plano por usuário**.

8.4. Caso a empresa não atenda a algum dos critérios definidos neste Termo de Referência, terá sua proposta recusada.

8.5. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o serviço/produto ofertado poderá importar a desclassificação da proposta.

8.6. Após esta análise preliminar, estando o serviço, em tese, de acordo com as especificações deste Termo de Referência, o Pregoeiro fará o aceite da proposta.

Exigências de habilitação

8.7. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições**

sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;

d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema;

e) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FEITOS SOBRE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL**, expedida pelo Distribuidor da sede da Pessoa Jurídica.

e.1) A apresentação de certidão positiva de feitos sobre recuperação judicial e extrajudicial não ensejará a imediata inabilitação do licitante. A empresa que se encontrar em recuperação judicial/extrajudicial deverá apresentar, juntamente com a certidão positiva, a comprovação de que seu plano de recuperação foi aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida.

e.2) à certidão em que não constar prazo de validade, será atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão;

f) **COMPROVAÇÃO DE REGISTRO NA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE.**

f.1) **O registro da operadora na Agência Nacional de Saúde (alínea "f") será verificado pelo Pregoeiro, em consulta no sítio eletrônico da ANS (www.ans.gov.br);**

f.2) Na impossibilidade de verificação do registro da licitante no site da ANS, deverá a empresa encaminhar a referida documentação, após convocação do Pregoeiro.

g) Comprovação de inscrição no Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 109.988,40 (cento e nove mil novecentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos)**, conforme mapa comparativo de preços.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

a) Gestão/Unidade: 14112 – TRE-MS;

b) Fonte de Recursos: **2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e Dependentes;**

c) Programa de Trabalho: **02.331.0033.2004.0054;**

d) Elemento de Despesa: 3390.39.50;

e) Plano Interno: AMO.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(previstas no Termo de Contrato Administrativo)

12. DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

12.1. Requisitar a prestação dos serviços, na forma prevista neste Termo de Referência

12.2. Exigir do contratado o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

12.3. Verificar a manutenção pelo contratado das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

12.4. Aplicar penalidades ao contratado, por descumprimento contratual.

12.5. Efetuar o pagamento ao contratado, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

13. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

13.1. Realizar a prestação do serviço decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência (Anexo I-B).

13.2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

13.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada à prestação do serviço, sendo de inteira responsabilidade do contratado a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.

13.4. Emitir as carteiras de identificação personalizadas aos usuários e fazer a entrega das mesmas ao Tribunal Eleitoral com no mínimo 10 (dez) dias úteis após o início da vigência do contrato.

13.7. Emitir Nota Fiscal com as devidas exclusões e inclusões informadas pelo Tribunal Eleitoral, sendo que, na impossibilidade destas serem realizadas na fatura do mês, deverão, OBRIGATORIAMENTE, ser compensadas na nota fiscal/fatura do mês subsequente.

13.8. Zelar pela qualidade dos serviços médicos prestados pela sua rede própria, credenciada, cooperada ou referenciada.

13.9. Comunicar ao Tribunal Eleitoral qualquer substituição de profissional ou estabelecimento integrante de sua rede de atendimento que porventura venha ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias de antecedência.

13.10. Disponibilizar ao Tribunal demonstrativo consolidado das despesas efetivadas, bem como das receitas arrecadadas. Deverá ainda encaminhar ao médico do Tribunal demonstrativo das despesas efetivadas, por grupo familiar, com a indicação do nome do procedimento, seguido da exposição de cada um dos custos desses serviços.

13.11. Receber os valores que lhe forem devidos pela prestação dos serviços, na forma disposta neste Termo de Referência.

13.12. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).

13.13. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o

procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades à pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS.

13.14. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

13.14.1. O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso).

13.15. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

Campo Grande/MS, maio de 2023.

JOSÉ ILTON OLIVEIRA PAZ

Integrante Demandante e Técnico

GRAZIELA GONÇALVES SILVA

JURADO

Integrante Administrativo

Equipe de Planejamento da Contratação / TRE/MS



Documento assinado eletronicamente por **GRAZIELA GONÇALVES SILVA JURADO**, **Chefe de Seção**, em 19/06/2023, às 18:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1457604** e o código CRC **1E21941F**.



0000834-17.2023.6.12.8000

1457604v12